Publicado em 07/12/2023 - 05:54

Desemprego menor ajuda a reduzir desigualdade e pobreza no Brasil

RS e Brasil têm redução da pobreza

Estado também se destaca entre as menores taxas de sensação de insegurança no país, de acordo com pesquisa do IBGE

BRUNA OLIVEIRA
bruna.oliveira@zerohora.com.br

Depois de atingir níveis de deterioração recordes em 2021, a condição de vida dos brasileiros teve melhora no ano passado. Em 2022, houve diminuição da pobreza e da extrema pobreza tanto no Brasil quanto no Rio Grande do Sul, além de melhora nos índices de desigualdade social e educação. As informações são da Síntese dos Indicadores Sociais, divulgadas ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De 2021 a 2022, a parcela da população que vivia em situação de extrema pobreza, ou seja, com menos U$S 2,15 por dia (cerca de R$ 5 conforme a taxa de paridade adotada), caiu de 9% para 5,9% no país – atingindo 12,6 milhões de brasileiros. Em termos absolutos, foi uma redução de 6,5 milhões de pessoas extremamente pobres em um ano. Na faixa da pobreza (até U$S 6,85 ao dia, ou cerca de R$ 16), o percentual saiu de 36,7% para 31,6% no país (redução de 10,3 milhões de pessoas nesta faixa, para 67,6 milhões).

Mudança

Cabe ressaltar que houve alteração nas linhas de pobreza do Banco Mundial utilizadas pelo IBGE. A pesquisa atual considera esta evolução. Em 2021, os valores de referência para extrema pobreza e pobreza eram de U$S 1,90 e de U$S 5,50 ao dia, respectivamente.

A melhora nas condições foi semelhante na análise regional. No Rio Grande do Sul, o percentual de gaúchos vivendo na extrema pobreza diminuiu de 2,9% para 2,5%. Significa que 44,6 mil gaúchos deixaram a condição de miséria, totalizando 287,1 mil pessoas nesta situação. Já a parcela em situação de pobreza reduziu de 18,9% para 16,8%, resultando em 232.910 a menos nessa faixa, onde permanecem cerca de 1,9 milhão de pessoas.

Auxílio

A evolução retratada pelos índices está relacionada ao incremento dos programas sociais no último ano. Segundo Walter Rodrigues, pesquisador do IBGE e coordenador da Pnad Contínua no Estado, a redução da extrema pobreza tem entre os seus componentes o pagamento do Auxílio Brasil, benefício que teve valor turbinado no ano passado, também como característica de um ano eleitoral.

– Provavelmente, em 2023 teremos situação ainda melhor em relação a isso, já que aumentou a cobertura dos auxílios sociais e isso vai trazer novo impacto. Vemos bastante este reflexo nas regiões onde há menor possibilidade de trabalho – analisa Rodrigues.

Os resultados

PARCELA DA POPULAÇÃO EM EXTREMA POBREZA NO RS
Percentual de gaúchos vivendo com menos U$S 2,15 por dia caiu em um ano

PARCELA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE POBREZA NO RS
Percutual de gaúchos vivendo com até U$S 6,85 ao dia também reduziu

*Os dados consideram a alteração nas linhas de pobreza adotadas pelo Banco Mundial
Fonte: IBGE

> *Provavelmente, em 2023 teremos situação ainda melhor em relação a isso (índices de pobreza), já que aumentou a cobertura dos auxílios.*
>
> **WALTER RODRIGUES**
> Coordenador da Pnad Contínua no RS

> *Em 2022, essas duas forças (retomadas do mercado de trabalho e do pagamento de benefícios) começam a andar juntas.*
>
> **ANDRÉ SALATA**
> Coordenador do PUCRS Data Social

A retomada dos informais no mercado

Para o professor e sociólogo André Salata, coordenador do PUCRS Data Social, dois fatores explicam a melhora dos dados sobre renda e desigualdade no país e no Rio Grande do Sul: a retomada do mercado de trabalho, principalmente para quem está na base da pirâmide e possibilitada pela vacinação em massa após a crise da covid-19, e a volta do pagamento de benefícios sociais, como o Auxílio Brasil, que foi enfraquecido em 2021.

– Em 2022, essas duas forças começam a andar juntas num caminho positivo. Isso explica por que no ano passado tivemos um ano de melhora. Além do controle inflacionário no ano passado, que tem papel importante neste contexto – diz Salata.

A retomada do mercado de trabalho também se dá com o crescimento da informalidade. Walter Rodrigues, pesquisador do IBGE e coordenador da Pnad Contínua no Rio Grande do Sul, lembra que os informais são peça-chave de qualquer movimento de retomada econômica. Assim como são os primeiros a perderem ocupação e renda nos momentos de crise, os informais são os primeiros a se recuperarem quando a economia volta a aquecer.

– A informalidade reduziu em 2020 não porque cresceu a formalidade, e sim porque os informais foram os primeiros afetados pela pandemia. Em 2022, quando se tem a retomada pós-crise, eles voltam para a ocupação mais facilmente – diz Rodrigues.

GZH Em **gzh.rs/nemnem**, o recuo dos jovens nem-nem

Base

A melhora expressiva de um ano ao outro nos indicadores sociais também tem como motivo a base de comparação fraca. Isso porque 2021 foi negativamente atípico em termos de deterioração das condições de vida dos brasileiros, avalia o professor da PUCRS. Em 2023, portanto, a melhora esperada na comparação com 2022 tende a ser mais tímida.

Outros destaques do levantamento

1) DESIGUALDADE

- A pesquisa do IBGE também mostra que houve melhora nos índices que medem a desigualdade social. O descompasso da concentração de renda é medido pelo Índice de Gini. O índice varia de zero a um, e quanto mais próximo de zero, menor é a desigualdade.
- No Brasil, o Gini era de 0,544 em 2021 e caiu para 0,518 em 2022, o menor valor da série. A redução, segundo o Instituto, é efeito da recuperação do mercado de trabalho e da expansão dos programas sociais.
- No Rio Grande do Sul, o índice ficou praticamente estável: saiu de 0,468 para 0,467. Já em Porto Alegre, reduziu de 0,536 para 0,530, indicando uma desigualdade na concentração de renda acima da média nacional.
- "A diferença é maior conforme temos uma menor condição socioeconômica. Por isso a melhora de 2021 para 2022 é mais substancial no Brasil do que em Porto Alegre. Assim como a condição do Rio Grande do Sul em relação ao Brasil é melhor", explica Walter Rodrigues, coordenador da Pnad Contínua no RS.

2) SEGURANÇA

- Também foi abordada a sensação de segurança dos moradores no seu domicílio e no seu bairro de residência. Os dados foram coletados pelo IBGE na Pnad Contínua de 2021.
- Naquele ano, 10,3% dos brasileiros com 15 anos de idade ou mais diziam se sentir inseguros ou muito inseguros em seu domicílio. Outros 26,8% declaravam se sentir inseguros ou muito inseguros no bairro onde moravam.
- Entre os Estados, o Rio Grande do Sul era o terceiro com a menor sensação de insegurança da população no seu bairro (18,5%), atrás apenas de Minas Gerais (18,1%) e de Santa Catarina (9,9%). A maior proporção foi no Amapá (48,1%).
- De modo geral, a percepção de insegurança é maior nas capitais. Teresina (58,3%) e Florianópolis (10,3%) ocupam os extremos. A capital gaúcha fica na 13ª posição (39,8%).

3) EDUCAÇÃO

- O país teve relativa melhora nos aspectos relacionados ao acesso à educação, ainda que a frequência escolar permaneça abaixo das metas estabelecidas em algumas faixas de ensino. Os resultados, de modo geral, refletem a maior oferta de cursos nos últimos anos, com profusão de atividades EAD.
- O único grupo que manteve trajetória de crescimento da frequência escolar no país foi o de 15 a 17 anos, passando de 89% para 92,2% de 2019 a 2022. O percentual ainda é aquém da meta de 100% prevista no Plano Nacional de Educação.
- Dentre os pontos positivos do recorte educacional, o Rio Grande do Sul e o Rio Grande do Norte são os Estados com o maior percentual da chamada Meta 2, que estabelece que a taxa de frequência deve ser de 95% no Ensino Fundamental. No Rio Grande do Sul, essa taxa é de 96,9%.
- O país registrou aumento na escolaridade dos jovens em uma década. Em 2012, 46,6% tinham Ensino Médio completo ou mais. Em 2022, eram 57,7%.
- No ano passado, o Rio Grande do Sul tinha o segundo menor percentual de jovens que não estudam e não estão ocupados: 15,7%. Em 2021, eram 18,2%. O Estado fica atrás apenas de Santa Catarina, cujo percentual é de 12,8%. A média no Brasil é de 22,3%.

4) RENDA

- O aumento da população ocupada influenciou a massa de rendimentos, que subiu 6,1%, em termos reais, de 2021 para 2022. Já o rendimento médio do trabalho foi 2,1% menor em 2022.
- O Rio Grande do Sul tem rendimento médio acima da média nacional e o sexto maior valor entre os demais Estados, com R$ 2.963. No Brasil, são R$ 2.659.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Pagina: 8

Copyright © Clipclap 2025.